

Código de Processo Civil. Como se deve argumentar, na contestação, para demonstrar que *não ocorre* o caso legal de rescindibilidade?

QUESITO N.º 5

Certo funcionário estadual, que é advogado, impetra, em causa própria, mandado de segurança contra ato do Governador. Prestadas as informações, comparece para sustentar oralmente o pedido, na sessão de julgamento, outro advogado, que apresenta procuração outorgada pelo impetrante.

Que preliminar argüiria o candidato, se fôsse o Procurador encarregado do caso?

QUESITO N.º 6

Exponha a distinção entre *desistência do processo* e *desistência do direito*, apontando as características e os efeitos de cada uma dessas figuras.

QUESITO N.º 7

Servidor do Estado ajuizou contra este ação ordinária, para pleitear benefício que lhe teria sido assegurado por lei. Outros servidores, que se dizem titulares de situação funcional idêntica à do autor, requerem sucessivamente, em três grupos, a sua admissão como litisconsortes ativos, visando à obtenção de igual benefício:

a) o 1.º grupo, depois de saneado o processo, antes da audiência de instrução e julgamento;

b) o 2.º grupo, perante a instância superior, na pendência da apelação interposta contra a sentença que julgara procedente o pedido;

c) o 3.º grupo, já na execução da sentença, confirmada pelo Tribunal.

Diga o candidato como impugnaria, em cada uma das três hipóteses, o pedido de intervenção litisconsorcial.

QUESITO N.º 8

Em mandado de segurança impetrado perante o Tribunal Pleno, o Estado da Guanabara argüiu de inconstitucionalidade certa lei, porque infringente de determinado artigo da Constituição Estadual. *Pela diferença apenas de um voto*, foi rejeitada a argüição e concedida a segurança, sem que houvesse recurso.

Posteriormente, contestando ação ordinária proposta com base na mesma lei, suscitou o Estado, em preliminar, a respectiva constitucionalidade, desta vez por violação de outro preceito constitucional. O juiz de 1.ª instância acolheu a preliminar. O autor apelou, e a Câmara, por maioria de votos, deu provimento ao recurso, julgando procedente o

pedido, por entender que não mais podia ser discutida a questão da inconstitucionalidade da lei, em face do anterior pronunciamento do Tribunal Pleno.

Se o candidato fôsse o Procurador incumbido do caso, como recorreria dessa decisão? Que argumentos, resumidamente, apresentaria?

QUESITO N.º 9

Por decreto do Governador, foi declarada a necessidade pública de certo imóvel, para a execução de obra incluída no plano a cargo da Superintendência de Urbanização e Saneamento (SURSAN). Instaurado por essa autarquia o processo judicial de desapropriação, ajuizou por sua vez o dono do imóvel, contra o Estado, ação ordinária para anular o decreto.

Os dois processos foram reunidos para decisão conjunta. Na sentença, que transitou em julgado, acolheu o juiz o pedido do proprietário do imóvel, anulando o decreto; e, em consequência, julgou a SURSAN carecedora da ação expropriatória.

Responda, fundamentadamente:

a) quem há de sofrer a condenação nas custas e honorários de advogado?

b) por que forma esrá exequível essa condenação?

QUESITO N.º 10

Examine as três hipóteses abaixo, tôdas relativas a processos de ação cominatória em que se pede, sob a cominação da multa contratual, o cumprimento de obrigação de fazer:

1.ª) feita a citação quando já vencido o prazo fixado no contrato para o cumprimento da obrigação, o réu cumpre-a no decênio subsequente à citação;

2.ª) feita a citação antes de vencido o prazo contratual, de que ainda restavam mais de 10 dias, o réu também cumpre no decênio a obrigação;

3.ª) feita igualmente a citação antes de vencido o prazo contratual, de que ainda restavam 15 dias, o réu, sem contestar, cumpre a obrigação no 14.º dia do aludido prazo.

Diga, em relação a cada uma das três hipóteses, como se deve proceder e decidir, inclusive no tocante a custas e honorários de advogado, justificando as respostas.

7. Prova escrita de Direito Constitucional

QUESITO N.º 1

O artigo 171 da Constituição do Estado do Espírito Santo, de 1967, dispunha:

“... nas cidades litorâneas, exceto a capital, não serão permitidas edificações a menos de cem metros de distância do cais ou do limite a que atingirem as mais altas marés, limitando-se o gabarito, nessa faixa, ao máximo de três pavimentos”.

O Procurador-Geral da República arguiu perante o Supremo Tribunal Federal a inconstitucionalidade do dispositivo, sob dupla fundamentação:

- a) violação da autonomia municipal;
- b) discriminação em favor do Município da Capital.

Prestando informações, a Assembléia Legislativa contestou terem ocorrido os vícios apontados na arguição, por isso que a norma fôra elaborada com apoio na Constituição Federal, que atribui aos Estados competência supletiva para legislar, mediante normas gerais, em matéria de defesa e proteção da saúde.

Pede-se ao candidato que opine sobre a arguição, analisando a argumentação de cada uma das partes e expondo qual, a seu ver, o conceito constitucional de *autonomia municipal*.

QUESITO N.º 2

À luz da Constituição da Guanabara, qual a extensão e quais os limites do poder regulamentar do Governador do Estado?

QUESITO N.º 3

A Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara aprova projeto de lei, de sua iniciativa, organizando e equipando um serviço de patrulhamento da Baía de Guanabara, como quadro especial da Polícia Militar. O Governador sanciona o projeto, convertendo-o em lei.

O cidadão X ingressa com ação popular, alegando que o ato sancionatório é nulo e lesivo ao patrimônio estadual. A nulidade adviria da irregularidade da iniciativa da lei, que seria, ao ver do autor popular, exclusiva do Governador.

O cidadão Y prefere provocar o Procurador-Geral da República, para que esse represente ao Supremo Tribunal Federal, em ação direta de declaração de inconstitucionalidade, sob fundamento de incompetência estadual para criar uma polícia marítima. O Procurador-Geral da República não oferece representação, e determina o arquivamento da petição, considerando não haver invasão da competência da União.

Pergunta-se:

- 1) Quanto à ação popular de X, quais os argumentos oponíveis pelo Estado, na contestação?
- 2) Quanto à representação:

a) cabe mandado de segurança, impetrado por Y, contra o ato do Procurador-Geral da República?

b) no mérito, teria havido invasão da competência da União?

QUESITO N.º 4

Pode um Deputado Estadual da Guanabara aceitar cargo de direção em sociedade de economia mista criada pelo Estado, como representante da Oposição?

QUESITO N.º 5

A Assembléia Legislativa aprovou e o Governador da Guanabara sancionou projeto de lei no qual se autorizava o Poder Executivo a ceder, por certo prazo, mediante remuneração, o uso de certo imóvel público estadual a determinada entidade privada, que exerce atividade de relevante valor social.

A entidade requer a efetivação da cessão, mas o Governador reputa agora inconveniente a medida e consulta a Procuradoria-Geral do Estado, indagando:

a) se pode simplesmente deixar de realizar a cessão, ou se deve requerer ao Procurador-Geral da República que represente ao Supremo Tribunal Federal, a fim de ser declarada a inconstitucionalidade da lei;

b) num caso e noutro, quais os fundamentos de *ordem jurídica* que poderia invocar, para sustentar a atual posição da Administração.

Diga o candidato como responderia à consulta.

QUESITO N.º 6

Dispõe o art. 73 do Decreto-lei Complementar estadual n.º 3, de 24 de outubro de 1969:

“As sociedades de economia mista, na primeira Assembléia Geral Ordinária subsequente à publicação deste decreto-lei, providenciarão a inclusão, nos respectivos estatutos sociais, de norma que só admita a prática de atos alienativos do patrimônio imobiliário da sociedade mediante licitação”.

Deputado estadual apresenta projeto de lei que revoga o dispositivo supratranscrito, alegando, na justificação, ser ele inconstitucional, porque as sociedades de economia mista se regem pelo *direito comercial*, matéria reservada com exclusividade à competência normativa da União (Constituição da República, art. 8.º, XVII, b). A Assembléia, *por maioria simples*, aprova o projeto

Queira indicar as razões de ordem jurídica que levarão o Governador, no entender do candidato, a vetar ou sancionar o referido projeto de lei.

QUESITO N.º 7

A Assembléa Legislativa aprova emenda à Constituição do Estado, para acrescentar-lhe dispositivo assim redigido:

“Art. — Os Secretários de Estado atenderão, no prazo de 30 dias, aos pedidos de informações que lhes forem dirigidos, por escrito, pela Assembléa Legislativa.

Parágrafo único — Importa crime de responsabilidade o não cumprimento, sem justificação, do que prescreve êste artigo”.

O Governador dirige consulta à Procuradoria-Geral do Estado, indagando se é constitucional o nôvo dispositivo e, no caso negativo, por que meio será possível impugná-lo.

Diga o candidato como responderia à consulta, examinando o problema quer no tocante ao *caput*, quer ao parágrafo único.

QUESITO N.º 8

A Administração Estadual contrata o cientista X, de renome e projeção internacionais, para a realização temporária de certas pesquisas em laboratório do Estado, no campo da biologia.

Por descuido verificado na condução das experiências, o cientista X causa a poluição, com substâncias letais, de um curso d'água, provocando, na casa à jusante do laboratório, a morte de um cidadão.

Viúva e filhos, provando o fato e a relação de causalidade, movem ação ordinária contra o Estado, pedindo indenização. Que argumentos utilizaria o candidato, como Procurador, na contestação?

QUESITO N.º 9

A Assembléa Legislativa do Estado aprova e o Governador sanciona projeto de lei complementar, regulando o processo de fiscalização das sociedades de economia mista, emprêsas públicas e fundações criadas pelo Poder Público (Constituição da Guanabara, art. 39, parágrafo único).

Algum tempo passado, a Assembléa aprova, por maioria simples, projeto de lei dispondo mais detalhadamente sôbre a fiscalização das emprêsas públicas. Levado à sanção, o Governador dá conta da existência de conflito entre alguns preceitos da lei particular e alguns da genérica, devendo-se porém observar que o projeto não contraria, materialmente, qualquer regra constitucional. Consulta, então, a Procuradoria-Geral, para que o aconselhe, do ponto-de-ista jurídico, a vetar ou sancionar o projeto, indicando os fundamentos de uma ou outra atitude.

Como o candidato redigiria a resposta à consulta?

QUESITO N.º 10

O art. 182 da Constituição Federal, com o texto resultante da Emenda n.º 1, de 17 de outubro de 1969, reza expressamente:

“Art. 182 — Continuam em vigor o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados.

Parágrafo único —

Por seu turno, o art. 9.º do Ato Institucional n.º 5 prescreve:

“Art. 9.º — O Presidente da República poderá baixar Atos Complementares para a execução dêste Ato Institucional, bem como adotar, se necessário à defesa da Revolução, as medidas previstas nas alíneas *d* e *e* do parágrafo 2.º do artigo 152 da Constituição”.

O número do dispositivo a que se reporta o Ato Institucional não abriga a mesma matéria, na redação original da Constituição Federal de 1967 e na constante da Emenda n.º 1. Qual seria a boa hermenêutica, respeitados os princípios teóricos inerentes ao conceito de constituição formal, para evitar a equivocada aplicação dos dispositivos da Constituição Federal vigente, que não guardam correlação com a remissão do Ato Institucional citado?

8. Prova escrita de Direito Privado

QUESITO N.º 1

Impõe-se, para realização de projeto aprovado, a desapropriação do imóvel X, transcrito no Registro Geral de Imóveis em nome de Caio e sua mulher, casal que, já tendo um filho, adotara em 1966 uma criança.

Ao colhêr dados para propor a ação desapropriatória, a Procuradoria Geral verificou que:

- 1 — Caio, sua mulher e o filho único de sangue morreram, sem testamento, em desastre aéreo ocorrido em agosto de 1970;
- 2 — O filho adotivo, que por motivo da viagem fôra confiado a seus pais, falecera cinco dias depois do desastre;
- 3 — São vivos os pais e o sogro de Caio;
- 4 — Não foi, ainda, instaurado inventário que tenha por objeto o imóvel X.

Há urgência na solução do assunto. Pede-se ao Procurador do Estado um parecer em que fique esclarecido: